

PARECER

Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público, Redação e Fiscalização de Leis

Processo nº: 9272/2025

Projeto de Lei nº: 140/2025

Autor: Davi Esmael

Assunto: Dispõe sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público no Município de Vitória, visando à promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades complexas de comunicação, e dá outras providências.

Do relator da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, na forma do Art. 60, inciso I, da Resolução no 2060/2021 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória.

PARECER JURÍDICO

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público no Município de Vitória, visando à promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades complexas de comunicação.

O processo eletrônico foi encaminhado a este Vereador no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça para análise.

Este é o breve relatório. Passo a opinar.

II – Análise

O projeto trata de tema relevante e alinhado ao ordenamento jurídico vigente, especialmente à Constituição Federal e à Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), que asseguram o direito à acessibilidade e à eliminação de barreiras comunicacionais.



Além disso, contempla políticas já existentes, visando sua efetivação no âmbito local e fortalecendo a implementação dessas diretrizes de forma concreta.

A proposta busca contribuir para a inclusão de pessoas que enfrentam dificuldades significativas na comunicação convencional, o que reforça políticas públicas já existentes e dialoga com o interesse local.

Embora a matéria aborde a instalação de sistemas e a adoção de mecanismos em espaços públicos, observa-se que o texto respeita os limites constitucionais da iniciativa legislativa e preserva a autonomia administrativa da gestão pública.

Trata-se, portanto, de proposição formalmente adequada, que colabora com a construção de um ambiente mais acessível e inclusivo, em consonância com as normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis.

III – Conclusão

Diante do exposto, o parecer é pela CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE, e consequentemente, **aprovação** da matéria.

É o parecer.

Vitória/ES, Palácio Atílio Vivacqua, 24 de junho de 2025

Aylton Dadalto
Vereador – Republicanos

